

Dossiê sobre a gestão agita diretores da CELESC

Pelo que se percebe o dossiê sobre irregularidades na administração da CELESC, que foi divulgado pelo Sindicato de Florianópolis, está preocupando bastante os diretores da Empresa. Na semana passada dois fatos ilustraram esta preocupação.

Primeiro foi o Diretor de Distribuição, Mauro Candemil, que percorreu o edifício Hércules, em Florianópolis, para "dirimir dúvidas" deixadas pela divulgação do dossiê. As conversas com os empregados chegaram a durar até metade do expediente, e muito pouco foi esclarecido.

O outro acontecimento envolveu o Diretor de Operações, Sebastião Hülse, que teve uma reunião com empregados que iriam viajar para orientá-los a não comentar nada sobre o dossiê com os celesquianos de outras cidades.

Segundo cálculos do DIEESE dias parados já estão quitados

Na quarta-feira passada, dia 5, foi entregue ao presidente da ELETROSUL uma demonstração de cálculo do desconto dos dias parados realizado pelo técnico do DIEESE, da subseção dos eletricitários. De acordo com esses cálculos o débito foi quitado em junho. Em vista disso, o Sindicato de Florianópolis reivindicou que não sejam realizados descontos nos meses de julho e agosto. A Empresa ficou de analisar a proposta.

Outro escândalo: CELESC compra 20 mil luminárias sem concorrência

O nome da CELESC mais uma vez está envolvido em um escândalo. Desta vez trata-se da aquisição de 20 mil luminárias sem licitação da Metalúrgica Wetzel, de Joinville. O escândalo está sendo divulgado por toda a imprensa.

O elenco de irregularidades na transação é grande: ausência de licitação, alegação de urgência em um negócio que durou oito meses, existência de um parecer contrário à aquisição por parte de técnicos da CELESC, entre outras.

O material foi comprado "em regime de urgência", mas levou vários meses para ser entregue, apesar de ter sido pago em OTN. Além disso, por ser incompatível com outros equipamentos utilizados pela CELESC, o material até hoje não foi utilizado.

A transação irregular foi assumida pela própria metalúrgica em matéria paga publicada nos jornais.

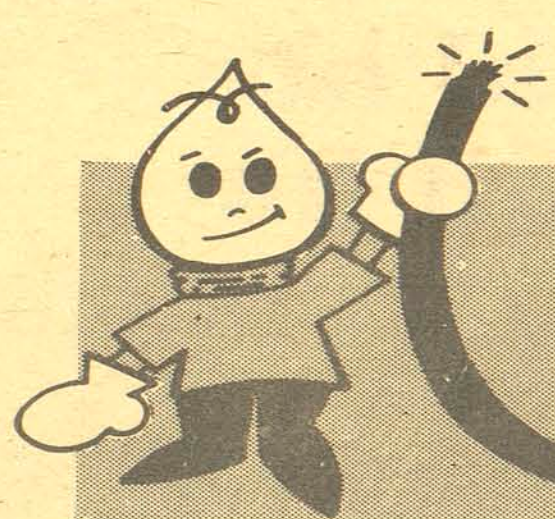


Acrobacia

Dinovaldo Gilioli
Representante sindical na ELETROSUL

No silêncio do gesto
a palavra muda
o ritmo do corpo

O JORNAL ELETRICITÁRIO



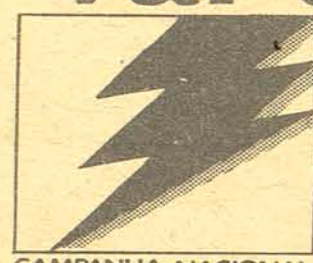
Intersindical Eletricitários SC

JORN. RESP. DRT/RS 6166

Nº 59

12/07/89

Encontro Nacional de Eletricitários vai unificar as campanhas salariais



Acontecerá no próximo fim-de-semana, em Brasília, o I Encontro Nacional dos Eletricitários, que reunirá representantes de entidades e de base para discutir a unificação das lutas dos eletricitários.

O principal tema do Encontro será a elaboração de uma estratégia unificada para as campanhas salariais que acontecem especialmente em outubro e novembro. O desejo é envolver todas as empresas do setor elétrico, estaduais e federais,

em um único movimento, procurando estabelecer negociações diretamente com os ministérios e órgãos que respondem pela questão salarial e de recursos humanos nas estatais.

ESPECÍFICO

A Campanha Nacional, no entanto, não descaracteriza as reivindicações específicas de cada empresa. O que deve acontecer é a unidade em torno das questões centrais, acrescentando-se em cada empresa as questões locais.

Para dar exemplo, a pré-pauta elaborada pela plenária de base da

CELESC leva em consideração os eixos centrais da Campanha Nacional. E o mesmo deverá ocorrer em outras regiões.

Uma campanha unificada nacionalmente multiplica as possibilidades de vitória nas campanhas devido ao aumento do poder de pressão, o rompimento do isolamento de cada empresa e, especialmente, pelo fato de estabelecer negociações com quem realmente decide.

Os eletricitários de Santa Catarina estarão representados no Encontro.

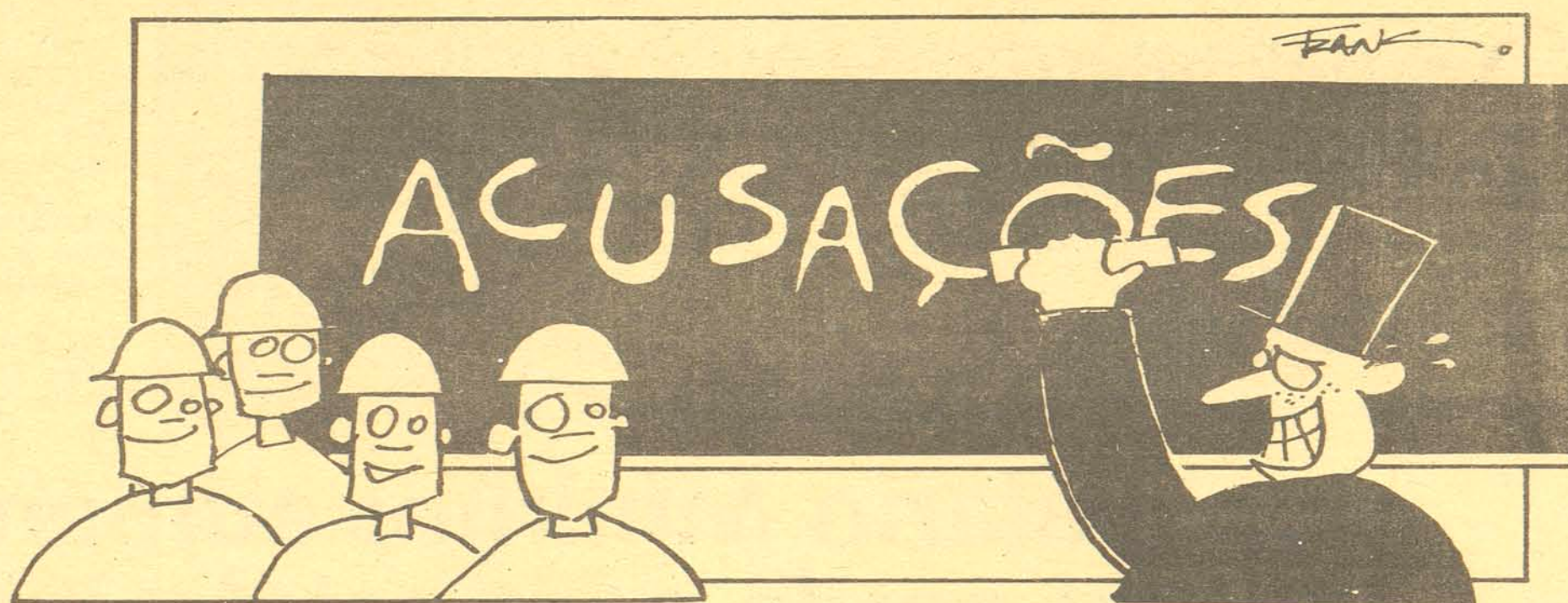
Vitória:

Efetivados os contratados demitidos durante a greve

Reuniram-se na ELETROSUL dia 5 o presidente da Empresa, o Diretor de Operações, a Intersindical e mais três operadores contratados para tratar da última questão que permanecia pendente desde a greve de novembro. Ao final da tarde tudo já estava resolvido: os quatro operadores contratados que ainda estavam demitidos foram efetivados na sexta-feira, dia 7.

RECORDANDO

Esse fato deve levar todos os empregados a recordarem o fim da greve de novembro. Foi uma época em que a ân-



sia desvairada de vingança fez acusações falsas atingirem alguns operadores. Nunca com-

provadas, elas também nunca foram aceitas. As entidades e a categoria apoiaram até o final a

luta desses trabalhadores e por todas as instâncias por que passou ela foi vitoriosa.

Garantia no emprego:

TST concedeu efeito suspensivo e a Intersindical já recorreu

O Diário da Justiça de Brasília, no dia 04 de julho, publicou a decisão do Tribunal Superior do Trabalho de conceder o efeito suspensivo requerido pela CELESC às cláusulas de *garantia no emprego, gratificação de férias, produtividade 88 e correção salarial*, todas referentes ao dissídio 1988.

Imediatamente, a Intersindical tomou as providências cabíveis junto ao TST.

A medida tomada foi um recurso chamado "Agravamento Regimental",

que será apreciado pelo TST na primeira quinzena de agosto. O recurso foi impetrado na segunda-feira, dia 10.

Além disso no Art. 7º da Lei Salarial aprovada pelo Congresso Nacional recentemente acabou com a figura do efeito suspensivo, que já era uma medida com vigência limitada de 120 dias.

GARANTIA

Na verdade, a CELESC não vinha cumprindo pelo menos as quatro cláusulas em questão.

Por conta própria, a Diretoria já havia "suspendido" a produtividade 88 e a gratificação de férias. O fato novo que se apresenta é a suspensão da garantia no emprego.

Contra este fato pesam três fatores: O Agravamento Regimental, o fim dos efeitos suspensivos e, o principal, a mobilização da categoria. Agora, a mobilização vai garantir não apenas o emprego, mas também todos os demais direitos que vem sendo sonegados por esta gestão que se diz "participativa".

Sem Terra ficam na capital até a desapropriação de 15 mil ha

No dia 5, cem trabalhadores Sem Terra acamparam em frente à Catedral Metropolitana de Florianópolis. Nas sete barracas, dois fogões, muitos colchonetes e um plástico preto para a cobertura. Numa situação ainda mais precária que esta, vivem 1.700 famílias de agricultores em Santa Catarina, aguardando um assentamento definitivo pelo INCRA.

CONCENTRAÇÃO

A maioria desses pequenos agricultores ou entregou suas terras aos bancos, por não poderem pagar os juros altíssimos impostos com o fim do Plano Cruzado ou tiveram suas propriedades englobadas nas de algum latifundiário. Em Santa Catarina, os grandes latifundiários e as Empresas Rurais possuem atualmente 82% da área total do Estado. A existência dessa concentração provoca desde 85 sérios conflitos de terra. Hoje esses problemas só seriam resolvidos com a desapropriação de 28 mil hectares para o assentamento dos agricultores Sem Terra. O INCRA está oferecendo apenas 1.210 hectares.

Foi para resolver essa situação que cem trabalhadores Sem Terra deixaram os acampamentos em Palma Sola, Caçador, Lebon Régis, Abelardo Luz e Matos Costa. Eles estão dispostos a permanecerem acampados, fazendo pressão junto ao INCRA e aos governos Estadual e Federal, até que sejam desapropriadas no mínimo 15



Sem-Terra: três gerações em luta

mil hectares.

PROCESSO MOROSO

Uma comissão com dois representantes de cada acampamento está negociando com o governo do Estado. Já se conseguiu adiar por 15 dias o prazo de vistoria das terras disponíveis para desapropriação. Depois da vistoria o processo deve ser levado para Brasília para posterior compra ou desapropriação. Quando

esses estudos do INCRA estiverem prontos e forem encaminhados para Brasília a Comissão segue também para lá, para pressionar o governo federal.

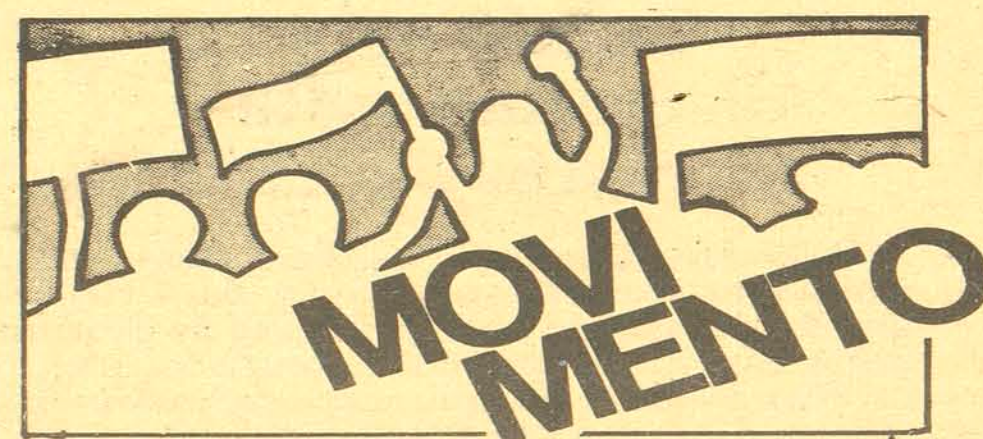
Esse processo é tão moroso que apenas duas mil famílias foram assentadas desde 1984. Sempre como resultado de ocupações organizadas pelos Sem Terra.

Filiação à central

O Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis realizará no dia 26 de julho uma assembleia geral para discutir a filiação da entidade a uma central sindical. Conforme a avaliação da diretoria da entidade, esta discussão é parte do processo de aprimoramento das formas de organização dos eletricitários.

A discussão deverá se dar em dois momentos: primeiro o de filiar-se ou não a uma central sindical e, depois, a qual das existentes se filiar.

O Sindicato está preparando debates que servirão de subsídio para o debate. A assembleia será dia 26, às 18 horas no Rancho Alegre.

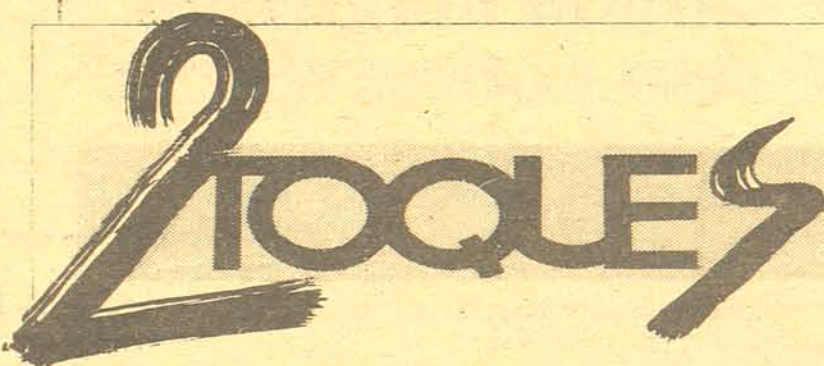


Bancários

No dia 8, vai acontecer no auditório da FECESC o Encontro Conjunto dos empregados do BESC e dos Bancos Privados. Em pauta: Conjuntura e Reforma bancária, formas de organização, pauta de reivindicações e o calendário da Campanha Salarial de setembro. Para os besquianos tem uma palestra especial, o sistema financeiro BESC na Constituinte Estadual.

Dia de luta

Dia 6 de julho, 45 mil farmacêuticos paralisaram suas atividades em todo o país, era o Dia Nacional de Mobilização e de Luta da categoria. O objetivo era chamar a atenção de toda a sociedade quanto à necessidade de mudança do atual modelo de assistência farmacêutica. A nova política para o setor envolve "melhorar a vida dos brasileiros, erradicar os erros que se acumularam ao longo do tempo no setor de farmácia e propor algo compatível com a capacidade e as aspirações do povo".



1 O desembargador Paulo Herban Maciel Jacob foi flagrado no dia 13 de junho tentando estuprar uma menina de 10 anos que viajava ao seu lado no voo 855 da Varig, com destino a Manaus. A menina ia encontrar com os pais e estava aos cuidados do Comandante do avião. Diante do Comandante e da Polícia Federal o desembargador (que já chegou a assumir o governo de Amazonas) afirmou tranqüilo: "não adianta chamar a polícia que a um desembargador, nada pode acontecer". E nada aconteceu...

2 Aproveitando o quanto pode o fim do seu mandato, Sarney parte com sua longa comitiva para a comemoração dos 200 anos da Revolução Francesa. Só que desta vez o Sindicato dos Economistas de São Paulo quer evitar que o povo novamente pague a conta. O presidente da entidade, Odilon Guedes, vai entrar com uma ação popular para que Sarney reponha aos cofres públicos os gastos com a viagem.

ELETROSUL

Empregados aceitam proposta de pagamento da produtividade

Todas as Assembleias dos empregados da ELETROSUL aprovaram a proposta da Empresa relativa ao pagamento da produtividade 84.

Pela proposta os empregados que não receberam a URP de fevereiro

receberão o pagamento integral da produtividade até o dia 10 desse mês, os outros receberão três parcelas juntamente com os salários de julho, agosto e setembro, as duas últimas parcelas devidamente corrigidas pelo IPC.

Salário Mínimo: aumento ou perda para assalariado?

Após as idas e vindas da guerra travada entre Congresso Nacional e o Governo, foi aprovada finalmente o novo Salário Mínimo. Este, que no mês de junho ficou nos NCz\$ 120,00 só foi definido em 28-06-89, ocasião em que o Congresso derrubou os vetos de Sarney, estabelecendo assim, a nova política para o Salário Mínimo. Recordemos os principais momentos da luta Congresso x Governo.

18-05 - O Congresso aprova o projeto de lei que fixa o salário mínimo em NCz\$ 120,00 para junho, com reajuste mensal pelo IPC, vinculado às aposentadorias e pensões e com um aumento real previsto de 3% ao mês.

19-06 - O Governo veta o projeto dos parlamentares e, através de Medida Provisória, define um salário mínimo de NCz\$ 112,20 apenas para o mês de julho, acrescido de um abono de NCz\$ 38,00 os quais aposentados e pensionistas não receberiam, com reajuste mensal pelo IPC sem previsão de aumento real.

28-06 - O Congresso, através de voto secreto, derruba os vetos de Sarney e aprova o projeto original sem alteração. E de notar que o projeto aprovado no último dia 28, apesar de também impor arrocho aos trabalhadores, é menos ruim do que a Medida Provisória do Governo por duas razões essenciais:

1) prevê um aumento real, que será implantado gradativamente.

2) não discrimina os aposentados e pensionistas.

O NOVO MÍNIMO SIGNIFICA GANHO REAL?

Apesar de ser reveladora da mediocridade do atual governo e da apatia que tomou conta do Congresso Nacional, a contenda entre os dois, havia nos últimos 40 dias em torno da definição do novo Salário Mínimo, trouxe aos trabalhadores um fato positivo. Ela reacendeu o debate em torno do arrocho salarial, em especial de arrocho via salário mínimo.

No interior desse debate a primeira coisa que deve ser colocado em xeque é a idéia de que os NCz\$ 120,00 significam aumento real.

Se tomarmos um período de tempo, um pouco mais largo, vamos constatar a falácia desse tipo de argumentação. O Piso Nacional de Salários (PNS) de setembro de 1988, que era de NCz\$ 23,70, deveria ser no mês de junho/89, conforme o IPC — IBGE de NCz\$ 168,49 para manter a capacidade de compra que possuía em setembro de 1988, significa que sofreu uma defasagem próxima aos 40%. Isso é perda real, e não aumento!

Ademais, vejamos que estamos falando de um salário mínimo que sabidamente está muito distante de ser um salário que satisfaça minimamente as necessidades do trabalhador e sua família. O salário mínimo necessário, calculado

lado mensalmente pelo DIEESE, que para o mês de maio/89 é NCz\$ 653,86, ou seja um valor 8 vezes superior ao PNS do mesmo mês (81,40), nos dá uma dimensão aproximada da dívida social existente no Brasil.

O SALÁRIO MÍNIMO E A CESTA BÁSICA

Na corrida existente entre os preços das mercadorias e o salário mínimo, este perdeu feio. A história do salário mínimo ilustra bem a história do arrocho salarial imposta aos trabalhadores deste País. Como diz Maurício Soares, coordenador do Índice de Custo de Vida (ICV) do DIEESE, "o salário mínimo é o único preço que pouco sobe neste País". Em 1959, por exemplo, o S.M. comprava 128,261 kg de café (um dos treze produtos da cesta básica) enquanto que em 1989, considerando o novo mínimo, consegue-se comprar apenas 20,305 kg. Em 1959 o mínimo adquiria 702,381 dúzias de bananas e em junho de 1989 os NCz\$ 120,00 do mínimo compram apenas 240 dúzias. Com o novo mínimo, o trabalhador gasta para adquirir os produtos que compõem a cesta básica, ou seja, 13 produtos alimentares, 172,55hs das 220 que trabalha no mês. Com o que recebe nas horas restantes de seu trabalho (47,45hs) tem que bancar os gastos com transportes, habitação, vestuário, educação, saúde, recreação e cultura, etc.